

As cifras do comitê assessor que esperam Galvêas e Pastore

por William Salazar
de São Paulo

Em 23 de agosto, os atrasos de pagamentos internacionais do Brasil somavam US\$ 2,1 bilhões, em termos brutos (isto é, incluindo US\$ 300 milhões de reservas cambiais). Em dezembro, o montante de atrasados em termos líquidos pode chegar a US\$ 2,5 bilhões. São dados que os bancos credores do País apresentarão ao ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e ao novo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, quando as duas partes se reunirem, terça-feira, em Nova York.

Os credores discutirão outros números com Galvêas e Pastore, além dos pagamentos atrasados. O subcomitê econômico do comitê assessor ("advisory committee") calcula que o País precisará de, no mínimo, US\$ 3 bilhões e, no máximo, US\$ 4,2 bilhões, para fechar o balanço de pagamentos deste ano. Para 1984, a estimativa é de US\$ 5,1 bilhões a 5,6 bilhões. No total, o Brasil precisaria levantar junto aos bancos internacionais de US\$ 8,7 bilhões a US\$ 9,2 bilhões, para equilibrar as contas externas deste e do próximo ano.

Tais cálculos dependem de possíveis vendas de ouro como fonte de financiamento e de o Clube de Paris aceitar reescalonar débitos do País devidos a governos e/ou avalizados pelos governos dos países integrantes dessa associação informal de credores.

Na sua última reunião com o comitê assessor, o então presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, pediu US\$ 4,2 bilhões em dinheiro novo para 1983 e US\$ 6,1 bilhões para 1984. Disse que o País espera reescalonar como Clube de Paris um total de US\$ 1,9 bilhão entre dívidas a

vencer ainda este ano e em 1984. Dessa forma, o déficit líquido nas contas externas do país seria de US\$ 3,6 bilhões, em 1983, e US\$ 4,8 bilhões, em 1984. Langoni também informou aos 14 bancos integrantes do comitê assessor que o Brasil poderia vender, neste ano, US\$ 657 milhões em ouro, e mais US\$ 600 milhões em 1984.

A título de sugestão, ou seja, sem fazer um pedido formal, Langoni apresentou aos bancos a possibilidade de suspender o pagamento de juros devidos pelo País. A desaprovação dos bancos foi unânime.